



Autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de instituições jurídicas e acadêmicas participaram da Aula Magna que marcou o lançamento da Escola de Justiça de Campinas

Rogério Capela

A presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, marcou nesta segunda-feira (1º) o lançamento oficial da Escola de Justiça de Campinas (EJ Campinas). Realizada no auditório do Campus I da PUC-Campinas, a Aula Magna inaugural reuniu autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de instituições jurídicas, do meio acadêmico e da sociedade civil para discutir o tema “Governança e Estado Democrático de Direito”.

Primeiro palestrante da nova instituição, Mendonça destacou a importância da iniciativa e afirmou que a Escola de Justiça tem potencial para gerar impactos que vão além do sistema jurídico. Segundo ele, a qualificação permanente dos agentes públicos pode contribuir para ampliar a segurança jurídica, impulsionar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população.

Durante sua participação, o ministro ressaltou que a Escola deve atuar de forma contínua, valorizando o mérito, a excelência acadêmica e o interesse público. Para ele, a proposta não deve se limitar à formação técnica, mas também contribuir para a construção de soluções voltadas ao cidadão. “Que essa escola seja um oxigênio para a cidade e para a administração pública”, afirmou.

A criação da Escola de Justiça foi celebrada pelo prefeito Dário Saadi, que classificou a iniciativa como pioneira entre as adminis-

Com participação de André Mendonça, iniciativa pretende se tornar referência em capacitação e produção de conhecimento



O ministro do STF, André Mendonça, durante a Aula Magna inaugural da instituição

trações municipais brasileiras. Segundo ele, a nova estrutura terá papel importante na capacitação dos servidores públicos, especialmente daqueles que atuam na área jurídica, contribuindo para a garantia de direitos e para o fortalecimento das políticas públicas.

O prefeito destacou ainda que a qualidade da Justiça e da administração pública está diretamente relacionada ao desenvolvimento das cidades. Para ele, municípios que buscam promover igualdade de oportunidades, inclusão social e crescimento sustentável precisam investir permanentemente na formação de seus quadros técnicos.

Escola de Justiça

Instituída pela Lei Complementar nº 581, de 2026, a Escola de Justiça de Campinas foi criada com a

missão de promover a formação jurídica continuada dos agentes públicos municipais, aperfeiçoar a gestão pública e ampliar a integração entre o poder público, instituições jurídicas, universidades e a sociedade civil.

O secretário municipal de Justiça, Peter Panutto, afirmou que a proposta vai além da realização de cursos e capacitações. Segundo ele, a Escola nasce como um espaço permanente de formação, diálogo institucional e produção de conhecimento, capaz de aproximar diferentes setores e estimular a troca de experiências entre profissionais e instituições.

Panutto ressaltou que Campinas possui protagonismo regional e nacional em diversas áreas e que a nova Escola contribuirá para fortalecer ainda mais a administração municipal. O secretário

também destacou que a presença de André Mendonça na aula inaugural reforça a relevância do projeto e evidencia a responsabilidade assumida pelo município na consolidação da iniciativa.

“A Escola de Justiça representa um investimento estratégico na qualificação da gestão pública e no fortalecimento das instituições”, afirmou. Segundo ele, a expectativa é que a EJ Campinas se torne uma referência permanente em formação jurídica, produção de conhecimento e integração institucional.

A parceria com a PUC-Campinas foi outro ponto destacado durante a solenidade. O reitor da universidade, Victor de Barros Deantoni, lembrou a trajetória de colaboração entre a instituição de ensino e a Prefeitura de Campinas, ressaltando a importância da parti-

cipação da universidade na construção da nova Escola.

Ao mencionar os 85 anos da PUC-Campinas, comemorados neste fim de semana, Deantoni afirmou que a instituição mantém a convicção de que conhecimento e ética são valores inseparáveis. Para ele, a criação da Escola de Justiça representa um projeto que merece reconhecimento por seu compromisso com a educação, a formação profissional e o fortalecimento da cidadania.

A cerimônia de abertura contou ainda com a participação do arcebispo metropolitano de Campinas e grão-chanceler da PUC-Campinas, Dom João Inácio Müller; dos deputados federais Jonas Donizete e Paulo Freire; do presidente da Câmara Municipal de Campinas, Luiz Carlos Rossini; do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Francisco Eduardo Loureiro; da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann; do secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, Arthur Lima; da corregedora-geral do Tribunal de Justiça paulista, Sílvia Rocha; da desembargadora Lígia Araújo Bisogni; e da presidente da OAB Campinas, Luciana de Freitas.

A Aula Magna da Escola de Justiça contou com apoio institucional da PUC-Campinas e de diversas entidades ligadas ao setor jurídico, acadêmico e à administração pública, consolidando uma ampla rede de parceiros voltada ao fortalecimento da formação jurídica e da gestão pública no município.